

Relatório da Administração - 1º Semestre de 2019

A Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A - BAC atingiu um volume de vendas de R\$ 333,1 milhões em créditos, representando uma retração de 3,5%, em comparação com 1º semestre de 2018. Já as receitas oriundas de taxa de administração apresentaram 5,2% abaixo do registrado no exercício anterior, passando de R\$ 25,30 para R\$ 23,98 milhões. Durante o exercício, houve o lançamento do grupo de bens móveis 2042, com créditos entre R\$ 35 mil e R\$ 70 mil, e do grupo de imóveis 1097, com créditos entre R\$ 200 mil e R\$ 400 mil, tendo sido realizada campanha de vendas alusiva ao Dia Mundial do Consumidor, em março, resultando na comercialização de R\$ 134,4 milhões em créditos. Ao final do período, a carteira de clientes contava 13.318 cotas ativas, representando um crescimento de 2,6%, em relação a 2018, enquanto o total de recursos de consorciados, nos grupos administrados, apresentou elevação de 19,9%, alcançando R\$ 174,9 milhões. Em continuidade ao que se verificou no período imediatamente anterior, no primeiro semestre de 2019 foram realizados novos investimentos na área tecnológica, notadamente no desenvolvimento de funcionalidades complementares no sistema "Newcon" e para incorporação de soluções para assinatura digital de documentos (DocuSign) e aplicativo (app) de vendas. Outro destino importante de investimentos no período foi a capacitação de pessoal, com destaque para a certificação ABAC PCA10 para vendedores de consórcio e cursos de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo. Com o objetivo de disseminar o tema "Compliance" e o papel da Ouvidoria Interna no respectivo contexto, em março de 2019, foi realizada a 1ª Semana da Ouvidoria Interna e Compliance, que teve como tema "Boas ações começam por você". O EBITDA atingiu R\$ 160,8 mil, com margem de 0,67%, redução de 11,9 pontos percentuais na margem alcançada no exercício anterior, enquanto o Resultado Financeiro apurado foi de R\$ 554,4 mil, representando uma retração de 18,1% em relação ao 1º semestre de 2018, refletindo a redução observada na taxa Selic. As Receitas Operacionais apresentaram uma redução de 0,6% em relação ao semestre anterior, atingindo o montante de R\$ 26,2 milhões. As Despesas Operacionais sofreram um aumento de 15,4%, passando de R\$ 19,4 milhões em 2018 para R\$ 22,4 milhões neste semestre, motivado por maiores dispêndios com pessoal e treinamento, maior volume de investimentos tecnológicos e, ainda, desembolsos em eventos de natureza judicial-trabalhista (emolumentos, indenizações e provisões) e aportes em grupos. Em decorrência da redução de receitas correntes, combinada com elevação de despesas ordinárias e extraordinárias, o Resultado Líquido do semestre atingiu o montante de R\$ 656 mil, inferior aos R\$ 3,006 milhões obtidos no mesmo período em 2018.

Brasília (DF), 30 de junho de 2019.

Claudio Roberto Nogueira de Souza Filho
Diretor-Geral de Negócios e Marketing

José Climério Silva de Souza
Diretor Executivo

BALANÇO PATRIMONIAL

	R\$ 1	
	30.06.19	31.12.18
ATIVO	41.738.679	43.605.668
CIRCULANTE	30.369.708	31.327.544
Disponibilidades	17.310	436.942
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	11.367.342	12.635.486
Valores pendentes de cobrança judicial (nota 5)	7.463.715	3.763.659
Bens retomados (nota 5)	2.812.141	6.432.697
Impostos a recuperar	776.821	507.631
Adiantamentos e antecipações salariais	389.343	293.032
Adiantamento aos grupos (nota 6)	7.512.838	7.257.640
Adiantamentos a terceiros	30.198	457
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	9.561.455	10.286.793
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	9.069.517	9.794.855
Depósitos judiciais	491.938	491.938
PERMANENTE	1.807.516	1.991.331
Investimentos	843.145	843.145
Quotas de consórcio	459.046	459.046
Imóveis	384.099	384.099
Imobilizado (nota 7)	766.321	900.455
Intangível	198.050	247.731
	R\$ 1	
	30.06.19	31.12.18
PASSIVO	41.738.679	43.605.668
CIRCULANTE	18.020.847	20.615.636
Fornecedores de serviços	273.900	142.016
Impostos e contribuições (nota 8)	1.515.997	2.059.299
Obrigações com pessoal (nota 9)	2.309.959	2.067.058
Obrigações com consorciados (nota 10)	881.195	1.624.787
Valores pendentes de cobrança judicial (nota 5)	10.275.856	10.196.356
Outras obrigações	363.940	923.601
Dividendos	2.400.000	3.602.519
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	405.034	333.773
Provisões para passivos contingentes (nota 11)	405.034	306.106
Partes relacionadas (nota 16 a)	-	27.667
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.312.798	22.656.259
Capital social (nota 12)	15.200.000	15.200.000
Reserva de lucros	8.112.798	7.456.259

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	R\$ 1	
	30.06.2019	EXERCÍCIO 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	656.539	3.792.125
Ajustes por:		
- Depreciações e amortizações	196.239	426.947
- Baixas de bens do permanente	6.355	11.682
Resultado Ajustado	859.133	4.230.754
Aumento/redução nos ativos e passivos		
Nos valores pendentes de cobrança judicial	(3.700.056)	550.548
Nos bens retomados	3.620.556	(582.468)
Nos impostos a recuperar	(269.190)	(180.803)
Nos adiantamentos e antecipações salariais	(96.311)	35.470
Nos adiantamentos aos grupos	(255.198)	(3.458.293)
Nos adiantamentos a terceiros	(29.742)	32.301
Nos títulos e valores mobiliários	725.338	(509.617)
Nas partes relacionadas	-	150.000
Nos fornecedores de serviços	131.884	(117.547)
Nos impostos e contribuições	(543.302)	734.006
Nas obrigações com pessoal	242.901	(342.577)
Nas provisões para contingências	(134.513)	(45.131)
Nas obrigações com consorciados	(743.592)	(1.937.581)
Nos valores a receber - cobrança judicial	79.500	31.920
Nos credores diversos - país	(326.220)	823.772
Nas partes relacionadas	(27.667)	22.718
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(466.479)	(562.528)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições em imobilizado	(17.713)	(43.211)
Aquisições em intangível	(1.065)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(18.778)	(43.211)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(1.202.519)	(583.040)
Dividendos pagos	(1.202.519)	(583.040)
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.687.776)	(1.188.779)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	13.072.428	14.261.207
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	11.384.652	13.072.428

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	R\$ 1	
	1ºSEM/2019	2ºSEM/2018
1 - RECEITA OPERACIONAL	26.807.512	26.522.646
Rendas de prestação de serviços	23.985.304	25.013.018
Receitas financeiras	617.005	812.106
Outras receitas operacionais	896.914	98.788
Reversão de provisões operacionais	1.308.289	598.734
2 - DESPESAS OPERACIONAIS	(25.889.926)	(24.941.735)
Despesas administrativas (nota 13 a)	(22.131.756)	(21.074.433)
Honorários da diretoria	(214.090)	(197.687)
Despesas tributárias (nota 13 b)	(3.481.465)	(3.604.499)
Despesas financeiras	(62.615)	(65.116)
3 - RESULTADO OPERACIONAL	917.586	1.580.911
4 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(6.134)	-
Receitas não operacionais	220	-
Despesas não operacionais	(6.354)	-
5 - RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, IMPOSTO DE RENDA E PARTICIPAÇÕES	911.452	1.580.911
Contribuição social (nota 14)	(68.182)	(76.379)
Imposto de renda (nota 14)	(172.848)	(237.520)
6 - RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	670.422	1.267.012
Participações dos administradores	-	(215.000)
Participações dos empregados	(13.883)	(266.620)
7 - LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	656.539	785.392
8 - LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	0,43	0,52

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS

	R\$ 1	
	1º SEM/2019	2º SEM/2018
(+) DISPONIBILIDADES SALDO INICIAL	155.014.422	145.367.441
Aplicações financeiras	155.014.422	145.367.441
(+) RECURSOS COLETADOS	125.623.423	125.886.815
Contribuições para aquisição de bens	92.672.275	89.067.709
Taxa de administração	23.523.235	22.338.037
Contribuições ao fundo de reserva	1.153.603	827.015
Rendimentos de aplicações financeiras	3.670.016	3.114.125
Multas e juros moratórios	705.522	636.399
Prêmios de seguros	316.526	315.045
Custas judiciais	82.723	254.842
Reembolso de despesas com registro	347.074	126.832
Outros	3.152.449	9.206.811
(-) RECURSOS UTILIZADOS	106.363.461	116.239.834
Aquisição de bens	74.791.754	82.036.787
Taxa de administração	23.699.806	22.344.530
Multas e juros moratórios	323.862	363.123
Prêmios de seguros	302.521	226.694
Custas judiciais	134.819	202.390
Devolução a consorciados desligados	360.444	6.112.343
Despesas com registro de contrato	358.982	98.980
Outros	6.391.273	4.854.987
(+) DISPONIBILIDADES SALDO FINAL	174.274.384	155.014.422
Aplicações financeiras	174.274.384	155.014.422

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA

	R\$ 1			R\$ 1	
	1ºSEM/2019	2ºSEM/2018		1ºSEM/2019	2ºSEM/2018
ATIVO	4.159.254.090	3.990.549.258	PASSIVO	4.159.254.090	3.990.549.258
CIRCULANTE	523.617.087	493.467.213	CIRCULANTE	523.617.087	493.467.213
DISPONIBILIDADES	174.274.384	155.014.422	Obrigações com consorciados	203.412.330	192.045.675
Aplicações financeiras	174.274.384	155.014.422	Valores a repassar	557.655	3.175.382
Disponibilidades do grupo	31.645.368	18.798.657	Obrigações com contemplações a entregar	142.629.016	135.035.547
Vinculadas a contemplações-demaís aplicações	142.629.016	136.137.270	Obrigações com a Administradora	7.512.838	7.257.640
Aplicação grupo em formação	-	78.495	Recursos a devolver a consorciados	135.801.157	127.512.356
Outros créditos	349.342.703	338.452.791	Recursos dos grupos	33.704.091	28.440.613
Bens retomados ou devolvidos	4.568.502	7.920.656			
Direitos junto a consorciados contemplados	344.774.201	330.532.135			
COMPENSAÇÃO	3.635.637.003	3.497.082.045	COMPENSAÇÃO	3.635.637.003	3.497.082.045
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	10.612.328	9.905.709	Recursos mensais a receber de consorciados	10.612.328	9.905.709
Contribuições devidas aos grupos	1.893.357.808	1.824.550.504	Obrigações dos grupos por contribuições	1.893.357.808	1.824.550.504
Consorticiados - bens a contemplar	1.731.666.867	1.662.625.832	Bens ou serviços a contemplar	1.731.666.867	1.662.625.832

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ 1)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
		LEGAL	AUMENTO DE CAPITAL	INVESTIMENTO		
Exercício de 2018						
Saldos em 01 de janeiro de 2018	15.200.000	392.484	-	6.874.169	-	22.466.653
Lucro líquido do semestre					3.006.733	3.006.733
Proposta da Administração de Destinação do Lucro:						
Transferência para reservas:						
Reserva legal		150.337			(150.337)	-
Reserva de investimentos				2.142.297	(2.142.297)	-
Dividendos a distribuir					(714.099)	(714.099)
Saldos em 30 de junho de 2018	15.200.000	542.821	-	9.016.466	-	24.759.287
Exercício de 2018						
Lucro líquido do semestre					785.392	785.392
Proposta da Administração de Destinação do Lucro:						
Transferência para reservas:						
Reserva legal		39.269			(39.269)	-
Reserva para aumento de capital			3.000.000		(3.000.000)	-
Reserva de investimentos				(3.000.000)	3.000.000	-
Reversão de reserva				(2.142.297)	2.142.297	-
Dividendos a distribuir					(2.888.420)	(2.888.420)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	15.200.000	582.090	3.000.000	3.874.169	-	22.656.259
1º Semestre de 2019						
Lucro líquido do semestre					656.539	656.539
Saldos em 30 de junho de 2019	15.200.000	582.090	3.000.000	3.874.169	656.539	23.312.798

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30/06/2019
NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL

A BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., Companhia integrante do conglomerado Bancorbrás, foi constituída em 18 de julho de 1986, com sede em Brasília (DF), tem como objetivo a administração de grupos de consórcios para aquisição de bens móveis, imóveis e outros bens que a legislação venha a contemplar.

NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária aplicável à Companhia e com normas e instruções do Banco Central do Brasil. A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos à utilização de premissas e estimativas, incluem a provisão para contingências e para perdas, a depreciação do ativo imobilizado e amortização do intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Em conformidade com a Resolução n.º 1.184/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis relativas ao semestre encerrado em 30/06/2019, foi autorizada pela Diretoria em 19/07/2019.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional

Nas demonstrações contábeis os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1 DA ADMINISTRADORA

Na elaboração das demonstrações contábeis foram adotadas as seguintes práticas contábeis:

- a) É adotado o regime de competência para o registro das receitas e despesas, sendo que a taxa de administração é reconhecida como receita quando do efetivo recebimento pela Administradora.

b) Títulos e valores mobiliários são demonstrados ao custo acrescido dos rendimentos, proporcionais até a data do balanço.

c) Demais ativos circulantes são apresentados pelo valor de realização.

d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros
É reconhecida uma perda por imparidade se o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

No mínimo semestralmente, para a realização do teste de imparidade, a Companhia elabora estudo para apuração de materialidade dos valores envolvidos, segundo critérios definidos pela Administração.

e) Permanente: é registrado ao custo, sendo que:

- as depreciações dos bens do imobilizado são calculadas, pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada (nota 07), segundo os critérios fiscais.

f) Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e consideram premissas definidas pela Administração e sua Assessoria Jurídica:

- Ativos contingentes: Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos contingentes: Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações cíveis de natureza fiscal, previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas pela Assessoria Jurídica, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30/06/2019

remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% e adicional de 10% e a contribuição social, com base na alíquota de 9%, sobre o lucro tributável anual.

i) Tributos

Calculados às alíquotas abaixo demonstradas. Consideram para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda (IRPJ)	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (CSLL)	9,0%
PIS sobre Receitas Operacionais não cumulativas	1,65%
Cofins sobre Receitas Operacionais não cumulativas	7,60%
PIS sobre Receita Financeira	0,65%
Cofins sobre Receita Financeira	4,0%
ISS	5,0%

3.2 DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Disponibilidade e aplicações financeiras

Representam recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, mantidos em contas vinculadas para aplicação diária conforme legislação do Banco Central do Brasil.

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios são efetuadas diariamente em títulos e valores mobiliários. Esses títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor de mercado, gerando diariamente ganhos ou ocasionalmente perdas líquidas, os quais são registrados no fundo comum e no fundo de reserva de cada grupo (patrimônio líquido), não incidindo sobre os mesmos a taxa de administração.

b) Direitos junto a consorciados contemplados

São representados por contribuições a receber de consorciados contemplados.

c) Passivo circulante

Representa as obrigações dos grupos de consórcio, por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço, quando aplicável.

d) Obrigações com consorciados

Representa os pagamentos realizados pelos consorciados, os quais correspondem à soma das importâncias referente ao fundo comum, fundo de reserva e taxa de administração.

Esses pagamentos equivalem a um percentual incidente sobre o preço do bem vigente na data da assembléia de contemplação do bem, percentual esse representativo da divisão de 100% pelo número de meses previstos para a duração do grupo.

e) Recursos do grupo

Representa os recursos recebidos dos consorciados a títulos de fundo de reserva, os rendimentos das aplicações financeiras, multas e juros moratórios e as atualizações de direitos e obrigações em decorrência da variação do preço do bem.

f) Recursos coletados

Representa o total arrecadado dos consorciados, incluindo os valores para aquisição do bem, para a remuneração da administradora e para a constituição do fundo de reserva.

g) Recursos utilizados

Representa o total utilizado na aquisição de bens, no pagamento da administradora e na utilização do fundo de reserva nas finalidades a que se destina.

h) Fundo comum

Representa os recursos recebidos dos consorciados que serão destinados à aquisição do bem.

i) Fundo de reserva

O fundo de reserva é constituído pelo recolhimento de 1% do valor da contribuição para o fundo comum e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras do próprio fundo. Destina-se à cobertura de eventual insuficiência de receita, de despesas de devolução a consorciados desistentes ou excluídos, pagamentos de débitos dos consorciados inadimplentes.

j) Taxa de administração

A taxa de administração constitui a remuneração da administradora e representa um percentual à razão de 14,5% a 22,5%, incidente sobre o fundo comum, ou incidente sobre o fundo de reserva, quando este é apropriado no fundo comum para aquisição de bem.

Informações complementares:

Os depósitos bancários e aplicações financeiras em 30 de junho de 2019 representam as disponibilidades para aplicações diárias, conforme as normas do Banco Central do Brasil.

As principais informações complementares relativas aos grupos de consórcios, são:

DESCRIÇÃO	30/06/2019	31/12/2018
Quantidade de grupos em andamento	28	27
Quantidade de consorciados ativos	13.318	9.912
Quantidade de desistentes/excluídos/quitados	18.730	19.433
Quantidade de inadimplentes	1.955	937
Taxa de inadimplência	14,68%	9,45%
Bens entregues	6.036	6.970

NOTA 04. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os títulos e valores mobiliários são compostos conforme descrição abaixo, com rentabilidade média de 2,93% no 1º semestre de 2019.

Títulos e Valores Mobiliários	30/06/2019	31/12/2018
Caixa Econômica Federal-CDB DI R\$ 2 milhões	2.348.134	2.292.142
Caixa Econômica Federal-CDB DI R\$ 620 mil	-	949.435
Caixa Econômica Federal-Letra Financeira R\$ 6,2 milhões	6.721.383	6.553.278
BB C Prazo 30 Mil	4.350	4.363
Banco do Brasil-RF LP Corp R\$ 3 Milhões	-	703.845
BB 40.125-O Amplo FICFI	9.534.922	9.818.260
BB 22.733-1 C Prazo Corp 400 mil	872.434	1.324.707
BB 40.125-O C Prazo Corp 400 mil	955.636	784.311
Total	20.436.859	22.430.341
Ativo circulante	11.367.342	12.635.486
Ativo não circulante	9.069.517	9.794.855

NOTA 05. VALORES PENDENTES – COBRANÇA JUDICIAL

Os valores pendentes de cobrança judicial e de bens retomados existentes nas contas contábeis do Ativo e correspondentes Passivos são provenientes de ações judiciais em que a Administradora é autora, tendo como réu, consorciados de grupos encerrados.

NOTA 06. ADIANTAMENTO AOS GRUPOS

O saldo de R\$ 7.512.838 representa empréstimos concedidos aos grupos de consórcios, com valor principal de R\$ 8.589.865, atualização monetária de R\$ 1.967.833, recebido até 30/06/2019 o valor de R\$ 2.828.860, e assumido como perda da Administradora, o valor de R\$ 216.000,00, referente ao grupo 2014, encerrado no mês de fevereiro/2019.

NOTA 07. IMOBILIZADO

Descrição	Depreciação % a.a	30/06/19			31/12/2018
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Instalações/benfeitorias	20	791.773	515.709	276.064	354.863
Móveis e equipamentos de uso	10	604.150	294.782	309.368	333.914
Equipamentos de comunicação	10	81.699	66.346	15.353	19.572
Sistema processamento de dados	20	526.590	376.319	150.271	175.490
Sistema de segurança	10	28.481	13.216	15.265	16.616
Totais		2.032.693	1.266.372	766.321	900.455

NOTA 08. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Descrição	30/06/2019	31/12/2018
Encargos sociais e previdenciários sobre folha		
INSS	370.053	608.791
FGTS	95.020	211.433
Total	465.073	820.224
Tributos a recolher		
IRPJ	172.848	-
CSLL	68.181	-
PIS	65.691	82.464
Cofins	303.486	381.152
ISS	204.354	250.566
IRRF	232.986	518.438
Outros	3.378	6.455
Total	1.050.924	1.239.075
Total de impostos e contribuições	1.515.997	2.059.299

NOTA 09. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

Descrição	30/06/2019	31/12/2018
Provisões de férias e encargos sociais	1.681.434	1.531.688
Provisões de 13º salário e encargos sociais	626.219	-
Líquido de salário	2.306	-
Participação nos lucros e resultados	-	535.370
Total	2.309.959	2.067.058

NOTA 10. OBRIGAÇÕES COM CONSORCIADOS

O saldo de R\$ 881.195 representa os valores que a Administradora tem a devolver aos consorciados desistentes, excluídos e por recursos não procurados de grupos encerrados.

NOTA 11. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é demandada em ações judiciais, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de sua Assessoria Jurídica, da análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com os processos em curso, classificados como de risco provável de perda.

As ações movidas contra a Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A., no aspecto cível, têm objeto em pedidos de indenização com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor, bem como pedido de revisão de cláusulas contratuais, restituição de parcelas pagas no consórcio antes do encerramento do grupo e eventuais pagamentos considerados indevidos pelo consorciado. No âmbito trabalhista existem duas frentes a serem analisadas. A primeira tem como objeto o pedido de reconhecimento de vínculo empregatício, envolvendo funcionários de representantes comerciais. A segunda frente se estabelece em processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam diversas verbas. A apuração é realizada a partir da determinação do valor do pedido, da veracidade dos fatos e da probabilidade de perda. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

a) Passivos Contingentes – Riscos Prováveis

Passivos Contingentes	Saldos em 31/12/2018	Constituição	Saldos em 30/06/2019
Cíveis	228.213	5.228	233.441
Trabalhistas	77.893	93.700	171.593
Total	306.106	98.928	405.034

b) Passivos Contingentes – Riscos Possíveis (Não provisionados)

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.180/2009.

Os saldos dos passivos contingentes possíveis de perdas totalizam em 30/06/2019 R\$ 1.177.140 referente a 62 (sessenta e duas) ações e em 31/12/2018 R\$ 2.528.336 referente a 59 (cinquenta e nove) ações.

NOTA 12. CAPITAL SOCIAL

a) O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 15.200.000,00 (quinze milhões e duzentos mil reais) representado por 1.520.000 (hum milhão, quinhentas e vinte mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente integralmente a acionista Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A., uma vez que a Companhia é subsidiária integral.

NOTA 13. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Despesas Administrativas	1º semestre/2019	2º semestre/2018
Proventos, encargos sociais e benefícios	11.552.335	12.353.005
Comunicação	376.797	272.506
Aluguel de imóveis	244.339	248.757
Propaganda e publicidade	415.855	478.163
Serviços de terceiros	2.894.641	2.614.396
*Rateio de despesas	3.877.189	3.609.059
Administrativas	210.796	195.781
Aporte aos grupos	216.000	-
Indenizações	408.366	35.680
Provisões para passivos contingentes	1.407.216	607.305
Outras	528.222	659.781
Total	22.131.756	21.074.433

* As despesas com rateio estão discriminadas de acordo com a composição abaixo:

Rateio de despesas	30/06/2019	2º semestre/2018
Pessoal	2.153.616	2.146.607
Encargos	674.118	643.742
Benefícios	825.491	653.372
Demais rateios	223.964	165.338
Total	3.877.189	3.609.059

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30/06/2019

b) Despesas Tributárias	30/06/2019	2º semestre/2018
PIS	399.768	417.983
Cofins	1.847.563	1.933.428
ISS	1.199.265	1.250.651
Outros tributos federais/ municipais	34.869	2.437
Total	3.481.465	3.604.499

NOTA 14. DESPESAS TRIBUTÁRIAS – CSSL/IRPJ

Cálculo da Contribuição Social e Imposto de Renda Pessoa Jurídica	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
	1º semestre 2019	1º semestre 2019	2º semestre 2018	2º semestre 2018
Lucro líquido antes da contribuição social	897.569	-	1.099.292	-
Lucro líquido após a contribuição social	-	829.387	-	1.023.191
(+) Adições	1.492.968	1.561.150	711.811	1.036.940
Contribuição social	-	68.182	-	76.379
Despesas com brindes e festividades	9.726	9.726	51.381	51.381
Participação nos lucros - Administradores	-	-	-	248.750
Provisões judiciais	1.407.218	1.407.218	607.305	607.305
Outras adições	76.024	76.024	53.125	53.125
(-) Exclusões	1.308.289	1.308.289	598.734	598.734
Reversão de provisões judiciais	1.308.289	1.308.289	598.734	598.734
(=) Lucro antes da compensação de prejuízos	1.082.248	1.082.248	1.212.369	1.461.397
(-) Compensação de prejuízos fiscais	324.674	324.674	363.711	438.336
(=) Base de cálculo da CSSL/IRPJ	757.574	757.574	848.658	1.023.061
Tributos devidos	68.182	172.848	76.379	237.520

NOTA 15. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração de dirigentes

Os gastos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal da Alta Administração (Diretoria), são apresentados como segue:

Descrição	30/06/2019	31/12/2018
Honorário da Diretoria	186.120	364.380
Honorário Suplementar da Diretoria	26.108	40.972
Encargos Sociais	102.945	181.480
Participação nos Lucros e Resultados	-	248.750
Total	315.173	835.582

b) Operações ativas e passivas da Companhia com partes relacionadas
As operações com as empresas Bancorbrás são referentes ao ressarcimento do rateio de despesas decorrentes dos serviços administrativos, e operações realizadas no contexto das atividades operacionais da Companhia, e estão assim representadas:

Receita	30/06/2019	31/12/2018
Bancorbrás Viagens e Turismo S.A.	-	5.865
Total	-	5.865
Operações com Rateios e Ressarcimento de Despesas		
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	3.877.189	7.417.899
Total	3.877.189	7.417.899
Total das Operações com Partes Relacionadas	3.877.189	7.423.764

NOTA 16. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Plano de pensão e benefícios

A Companhia não é patrocinadora de nenhum plano de pensão e de benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, nem de plano de opção de compra de ações.

b) Seguro saúde

A Companhia mantém seguro saúde e programas de assistência à saúde e campanhas de prevenção de doenças, visando a promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênio. A Companhia não tem responsabilidade em relação ao benefício pós-emprego do plano de saúde.

c) Cobertura de seguros

A Companhia tem como política manter cobertura de seguros em montante julgado suficiente para fazer face a possíveis sinistros.

Brasília-DF, 30 de junho de 2019.

ALFREDO LEOPOLDO ALBANO
Diretor-Presidente

JORGE TOMIO GUIYOTOKU
Diretor-Geral de Adm. e Suporte Logístico

EDIVANIRA VIEIRA DINIZ
Contadora CRC 009.619/O-5 DF

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e acionistas da

BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

Brasília - DF

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao semestre findo naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2019 e das variações nas disponibilidades dos grupos para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, em 30 de junho de 2019 o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa, para o semestre findo naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos recursos dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2019 e as variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes e previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e, cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que as auditorias realizadas de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba/PR, 09 de Setembro de 2019.

PSW BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-PR nº. 5.196/O-2
CVM nº. 9458

PSW
auditoria e consultoria

EDER ALEXANDRE SOUZA
CRC-PR-056.265/O-7